

Conflitos no espaço urbano: um Cais Mauá de Todos?

Clarice Misoczky de Oliveira (PROPUR/UFRGS) - arq.clarice@gmail.com

Rafael Kruter Flores (UFRGS) - rafael.flores@ufrgs.br

Resumo:

Este artigo busca compreender os conflitos no espaço urbano gerados a partir do projeto de revitalização do Cais Mauá, em Porto Alegre. A pesquisa foi realizada a partir da consulta a documentos oficiais, reportagens de jornais, blogs e mídias sociais; bem como da observação não participante e participante de eventos públicos e reuniões. O artigo argumenta que os fatos recentes envolvendo a revitalização do Cais Mauá evidenciam que a produção social do espaço urbano resulta de processos contraditórios e conflituosos, mais ou menos perceptíveis; e que os eventos produzidos no tecido social, como manifestações de rechaço, mesmo que não impossibilitem o fluxo dos grandes acontecimentos como Grandes Projetos Urbanos, produzem um efeito de desalienação e liberação de conflitos outrora latentes.

Palavras-chave: *espaço, lutas sociais, Grandes Projetos Urbanos, movimentos sociais; urbanismo.*

Área temática: *GT-09 Organização e Práxis Libertadora: Por uma Crítica à Economia Política da Organização*

Conflitos no espaço urbano: um Cais Mauá de Todos?

Resumo

Este artigo busca compreender os conflitos no espaço urbano gerados a partir do projeto de revitalização do Cais Mauá, em Porto Alegre. A pesquisa foi realizada a partir da consulta a documentos oficiais, reportagens de jornais, blogs e mídias sociais; bem como da observação não participante e participante de eventos públicos e reuniões. O artigo argumenta que os fatos recentes envolvendo a revitalização do Cais Mauá evidenciam que a produção social do espaço urbano resulta de processos contraditórios e conflituosos, mais ou menos perceptíveis; e que os eventos produzidos no tecido social, como manifestações de rechaço, mesmo que não impossibilitem o fluxo dos grandes acontecimentos como Grandes Projetos Urbanos, produzem um efeito de desalienação e liberação de conflitos outrora latentes.

Palavras-chave: espaço, lutas sociais, Grandes Projetos Urbanos, movimentos sociais; urbanismo.

Abstract

This paper aims to understand the conflicts in the urban space related to the revitalization of the Maua Harbor, in Porto Alegre, Brazil. The data was collected in official documents, newspapers, blogs, and social media; and also during participant and non-participant observations of public events and meetings. It argues that recent facts involving the revitalization of the Maua Harbor show that the social production of urban space results from contradictory and conflictive processes, more or less perceptible; and that events produced in the social, as for example manifestations of opposition, although don't prevent the flow of big projects, produce and effect of disalienation and liberation of conflicts which was at first sight latent.

Key-words: space, social struggles, Big Urban Projects, social movements, urbanism.

Durante a realização da Copa das Confederações da FIFA em 2013, eclodiram em todo o país manifestações contra os gastos excessivos realizados pelo Estado, aprofundados por conta da realização de diversos megaeventos no País. Tais eventos podem ser entendidos como práticas de um “urbanismo mercadófilo” (SOUZA, 2010); bem como parte de estratégias de “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2006). Tais práticas e estratégias transformam o espaço urbano em mercadoria, com sérios prejuízos sociais às classes mais vulneráveis. As manifestações contrárias a estas práticas se somaram às manifestações que ficaram conhecidas como ‘Jornadas de Junho’, que trouxeram à tona as práticas oligopolistas que organizam o transporte público no Brasil, e reivindicaram a defesa do direito à moradia digna e a melhores condições de vida nas cidades brasileiras.

Porto Alegre, conhecida mundialmente pela experiência pioneira do Orçamento Participativo, foi palco também de expressivas manifestações poucos meses antes das manifestações de junho de 2013. Em abril do mesmo ano, liderados pelo movimento Bloco de Lutas, cerca de cinco mil pessoas foram às ruas contra o aumento da tarifa de ônibus na capital (OLIVEIRA, 2013). A estes protestos somaram-se lutas contra o corte de árvores para a duplicação de avenidas e contra a expulsão de quase três mil famílias de baixa renda, ambos para viabilizar obras para a Copa do Mundo de 2014. Constatou-se que, atrelado ao megaevento, a capital recebeu dezoito Grandes Projetos Urbanos (GPUs), todos alinhados a estratégias de “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2006).

Este artigo busca compreender os conflitos no espaço urbano gerados a partir de um destes GPUs: a revitalização do Cais Mauá. A partir de Lefebvre (1991), entendemos que o espaço é sempre produção social, processos que envolvem conflitos e contradições. Alguns conflitos são subterrâneos, quase imperceptíveis, ocultados por ideologias e pela alienação que caracteriza a vida cotidiana (LEFEBVRE, 2014). Outros, no entanto, saem à superfície, seja pelas lutas sociais que com eles emerge, seja por sua própria natureza conflitiva, ou por ambos.

A escolha deste GPU como objeto de estudo se justifica pelo fato de que, neste momento histórico, a revitalização do Cais Mauá revela claramente um processo de luta. Além disso, este objeto de análise pode iluminar processos semelhantes que estão ocorrendo em outras cidades brasileiras, como os casos do Cais José Estelita, em Recife; e do Porto Maravilha, no Rio de Janeiro. A pesquisa foi realizada a partir da consulta a documentos oficiais, reportagens de jornais, blogs e mídias sociais; bem como da observação não participante e participante eventos públicos e reuniões de articulação. Tentativas foram feitas para a realização de entrevistas com líderes dos movimentos contrários à revitalização do Cais Mauá, porém sem sucesso.

O artigo argumenta que os fatos recentes envolvendo a revitalização do Cais Mauá, em Porto Alegre, evidenciam que a produção social do espaço urbano resulta de processos contraditórios e conflituosos, mais ou menos perceptíveis; e que os eventos produzidos no tecido social, como manifestações de rechaço a determinados projetos, mesmo que não impossibilitem o fluxo dos grandes acontecimentos como GPUs, produzem um efeito de liberação de conflitos outrora latentes.

O texto inicia com uma consideração conceitual sobre os GPUs a partir do referencial analítico do francês Henri Lefebvre (1991; 2008a; 2008b; 2011; 2014). No tópico seguinte, apresentamos o processo histórico de criação do projeto de revitalização do Cais Mauá, juntamente com a contestação social organizada por alguns atores principais. Finalmente, apresentamos nossas considerações finais.

Os Grandes Projetos Urbanos e a produção do espaço

A lógica concorrencial entre as cidades em busca de investimentos do setor financeiro se insere no contexto da crise do modelo fordista de produção nos países de capitalismo avançado. Tal crise tem como reflexo uma alteração no significado das cidades para a acumulação do capital. Segundo John Friedmann (1986), em *The world city hypothesis*, as cidades-chaves no mundo globalizado se tornam a base espacial de articulação e produção do capital global, o que influencia não só seu desenvolvimento econômico, mas sua morfologia e infraestrutura.

Nesse sentido, no âmbito do planejamento urbano, novas ferramentas estão sendo utilizadas para dar à ambição estratégica sua ancoragem territorial. Segundo Ingallina (2001), o projeto urbano traduz as orientações de desenvolvimento econômico e social do projeto de cidade em suas manifestações espaciais. O projeto urbano se ocupa da dimensão formal, estética e funcional da cidade de acordo com a sua ambição estratégica. Nesse contexto, o GPU pode configurar-se em um conjunto de pequenas intervenções que resultam na execução de um projeto de cidade global. Para Lacroart e Palisse (2007), o GPU é o lugar de uma intervenção pública relativamente concentrada num espaço e tempo com a finalidade de desenvolver um pedaço da cidade por renovação, intensificação ou criação do zero.

Para a escola francesa, os GPUs se inserem como uma ferramenta de planejamento urbano que trabalha a cidade de maneira holística com intervenções pontuais capazes de diluir seus efeitos no território como um todo. O planejamento por projetos como é chamando, utiliza os GPUs de maneira concertada viabilizando o desenvolvimento econômico e social das cidades de maneira sustentável.

Já nos Estados Unidos a origem do termo megaprojeto¹ tem características diferentes, abrindo margem para diversas operações no espaço que podem tratar de grandes projetos monolíticos ou de grandes projetos de infraestrutura. Nesta concepção, o que muda é a forte participação do Estado. Para Altshuler e Luberoff (2003, p.2),

o termo megaprojeto denota iniciativas que são físicas, muito caras, e públicas. Mais especificamente, envolvem a criação de estruturas, equipamentos, preparação de locais para empreendimentos, ou a combinação de todos estes. Megaprojeto é, fundamentalmente, uma expressão da autoridade pública.

Entretanto, a partir dos anos 1990, com o processo de empresariamento da gestão pública e o movimento do empreendedorismo urbano, as características dos megaprojetos se modificaram. Neste contexto surgiram as concepções de parcerias público-privadas e outros tipos de intervenção no espaço urbano, como a criação de centros esportivos, centros de convenções, de cultura e lazer.

No Brasil, o GPU tem ganhado destaque nas últimas décadas. São vários os projetos recentes que se enquadram nesta categoria: a Operação Faria Lima em São Paulo; o Pelourinho em Salvador; o Centro Dragão do Mar Arte e Cultura em Fortaleza; o Ver-o-Peso e a Estação das Docas em Belém do Pará; bem como os recentes projetos associados à realização de megaeventos no país, como os projetos para os Jogos Pan-Americanos e Olimpíadas no Rio de Janeiro, e as obras da Copa do Mundo em diversas cidades brasileiras².

Harvey (2011) explica o investimento nesse tipo de projeto como uma busca por riqueza simbólica, como na gentrificação de determinadas áreas, na produção de comunidades, na reabilitação de paisagens urbanas e na recuperação da história valendo-se de imagens. O autor indica, ainda, que isso “nos ajuda a compreender o atual fascínio pelo embelezamento, pela decoração como códigos e símbolos de distinção social” (HARVEY, 2011, p. 82). A busca por arquitetos de grife e por projetos por ele denominados como arquitetura do espetáculo mostra a preocupação de governos locais em difundir a imagem da cidade, práticas relacionadas ao empreendedorismo urbano.

Harvey (2006) aponta, também, para uma preocupação em torno das rápidas mudanças no espaço urbano geradas por reações inovadoras e competitivas através de alianças urbanas da classe dirigente, das quais decorre uma série de incertezas e, por consequência, uma instabilidade no sistema urbano. Esta instabilidade pode se expressar de diversas maneiras, como o crescimento da desigualdade social e o empobrecimento

¹ Termo utilizado em países anglo-saxões para GPU.

² Oliveira e Novais (2009, p. 5) expõem uma preocupação sobre a importação de projetos de natureza global com impactos adversos nas comunidades e na cidade.

urbano, como verificou em cidades como Baltimore e Nova York. A destruição criativa do capitalismo se insere no espaço urbano, representada por um turbilhão de projetos inovadores de estádios, shoppings, renovação de *waterfronts*, centros culturais, entre outros, que estimulam a produção e o consumo da base urbana.

Portanto, o projeto urbano é compreendido como: (1) a aplicação de um procedimento, levando em consideração os mecanismos de gestão, a articulação público-privada; (2) um projeto político, além de uma configuração no espaço e no tempo; (3) um projeto que considera a escala dos impactos socioespaciais para além de seu entorno imediato; (4) tem a marca da complexidade não só pela articulação de múltiplos atores, mas também por uma complexidade de usos. O GPU vai, portanto, muito além de sua dimensão arquitetônica. Trata-se de uma operação concertada entre múltiplos atores e com diversos impactos no espaço urbano e no desenvolvimento econômico e social da cidade.

Entende-se, aqui, espaço urbano não como algo dado pelo ambiente físico. Como afirma Lefebvre (2008b), o espaço não é produto, não é objeto, não é mercadoria, não é simplesmente um instrumento. Para o autor, a problemática do espaço vivido, em oposição ao espaço “neutro” puramente epistemológico, é um aspecto essencial do conhecimento da realidade urbana. Para esta questão, Lefebvre (2008b, p. 41) explora diversas hipóteses. Na primeira, “o espaço é a forma pura”, conceito que exclui a ideologia, a interpretação e o não-saber. O espaço seria capaz de articular “o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real”. Entretanto, esta hipótese implicaria a liquidação do tempo histórico, além de pesar sobre a cientificidade abstrata e o saber absoluto. Esta hipótese do espaço tem profunda relação com o urbanismo modernista, e sua crítica: momento de valorização absoluta do saber científico, em que arquitetos e urbanistas acreditavam mudar o social através da forma. A eles Lefebvre chamou de “senhores do espaço”. Ou seja, a forma concebida pelo técnico seria depois então povoada pelos seus usuários, que se comportariam conforme o recipiente em que estão envolvidos. Portanto, essa noção exclui o espaço histórico e vivido.

Em outra hipótese, o espaço é social, é um produto da sociedade que resulta do trabalho e da divisão do trabalho, sendo, portanto, o lugar geral dos objetos produzidos. O espaço é então objetivação do social. Confrontando estas duas hipóteses, Lefebvre (2008b, p. 44) conclui que o espaço não seria nem um ponto de partida, nem um ponto de chegada, “mas um intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um modo e um instrumento, um meio e uma mediação”. Assim o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, em que um indivíduo ou um coletivo detém poder sobre ele, e o transforma conforme seus próprios objetivos. “Nessa hipótese, a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (LEFEBVRE, 2008b, p. 44). Ele seria, então, carregado de ideologia e saber técnico. As representações do espaço seriam capazes de criar o consenso

por meio de perspectivas, fossem elas verdadeiras ou falsas (LEFEBVRE, 1991). Aqui, a detenção do saber da representação do espaço se transforma em poder de transformar ideias e sentimentos, ou seja, o poder de criar o consenso acerca do espaço. Esta dominação racional-funcional vincula-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo, sendo o espaço “o meio e o modo, ao mesmo tempo, de uma organização do consumo da sociedade neocapitalista” (LEFEBVRE, 2008b, p. 46).

Nesse sentido, para Lefebvre (2008b, p. 46). “as cidades seriam tão somente unidades de consumo correlatas às grandes unidades de produção”. A esta hipótese se incorpora a teoria da falsa-consciência, da burguesia, do alienado, uma vez que o espaço instrumental se tornaria abstrato a partir de uma falsa representação de vocação estratégica, se tornando então, “um lugar fora do tempo, da vida e da práxis”. O espaço assume a forma de mercadoria, em que “no limite não há mais exatamente ideologia, mas somente a falsa consciência, com os discursos que ela engendra”.

Entretanto, o autor alerta que esta hipótese serviria ao capitalismo concorrencial do século XIX que tem como enfoque a reprodução dos meios de produção, o capitalismo incorpora a “reprodução das relações de produção” que se efetua através da cotidianidade e dos momentos de lazer e cultura. Essa noção é complementar à última hipótese apresentada, levando-a a outra, mais complexa: “o espaço estaria essencialmente ligado à reprodução das relações (sociais) de produção” (LEFEBVRE, 2008b, p. 48). Seria, então, o espaço da produção, ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado.

Essa reprodução se realiza através de um esquema relativo à sociedade existente, cujo caráter essencial é ser conjunta-disjunta, dissociada, mantendo uma unidade, a do poder, na fragmentação. Este espaço homogêneo-fraturado não é somente o espaço global do planejamento ou o espaço parcelar do arquiteto e dos promotores imobiliários, é também o espaço das obras de arte, por exemplo, o do mobiliário e do design. É o esteticismo que unifica os fragmentos funcionais de um espaço deslocado realizando, assim, seu caráter homogêneo e fraturado (LEFEBVRE, 2008b, p. 49).

Retoma-se aqui a noção de Harvey (2011) sobre a sedução pelo embelezamento e dos símbolos de distinção social. Espaços homogêneos com uma estética específica, criados em recortes, em partes fragmentadas no tecido urbano, tornam-se centros ou subcentros de consumo, polos de atração de uma determinada classe social, causando estranheza e constrangimento às demais, e interferindo diretamente na noção de poder do espaço, assim como na dinâmica da estrutura urbana.

Segundo Lefebvre (2008b), tais centros de consumo dirigido e organizado, os lugares de lazer, de festa e de tempo livre se mostram aparentemente dissociados da

produção, embora estejam ligados ao trabalho produtivo. Baseado, então, na fórmula trinitária de Marx³, o autor lança a hipótese do espaço conjunto-disjunto que se situa entre a falsa consciência, a do alienado, e a da ideologia, “que implica interpenetração do verdadeiro e do falso, e exclui a falsa consciência” (LEFEBVRE, 2008b, p. 52).

O espaço arquitetônico e urbanístico, enquanto espaço, tem essa dupla característica: desarticulado e até estilizado sob a coerência fictícia do olhar, espaços de coações e de normas disseminadas. Ele tem esse caráter paradoxal que se tenta definir aqui: junto e separado. É dessa maneira que ele é concomitantemente dominado (pela técnica) e não apropriado (para e pelo uso). Ele é imediato e mediato, ou seja, pertence a uma certa ordem próxima, a ordem da vizinhança, e a uma ordem distante, a sociedade, o Estado. A ordem próxima e a distante só tem uma coerência aparente que de modo algum impede a desarticulação (LEFEBVRE, 2008b, p. 53).

Ainda sobre a ordem próxima e a ordem distante, Lefebvre (2001) qualifica a ordem próxima como aquela de indivíduos mais ou menos organizados, de maneira mais ou menos ampla; e qualifica a ordem distante, como aquela que se impõe. A ordem distante pode ser o próprio Estado ou qualquer organização e/ou instituição que detenham o poder. Para a lógica em que os GPUs estão inseridos, esta ordem distante se configura como o que Logan e Molotch (1993) denominam de “coalizão para crescer”, formada por políticos, empresários, mídia e elites locais. Segundo Lefebvre (2001), através de seu poder de dominação a ordem distante atua na ordem próxima, tornando-a co-ator.

Percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. Existem conflitos inevitáveis entre estes dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato, percebido, vivido, despedaçado, vendido. No plano institucional, essas contradições aparecem entre os planos gerais de ordenamento e os projetos parciais de mercadores do espaço (LEFEBVRE, 2008b, p. 57).

Vislumbrando o espaço urbano, o urbano (a sociedade urbana) como um horizonte, como algo possível (LEFEBVRE, 2008a), o autor propõe o que denomina “triplidade do espaço”: o percebido (a prática do espaço), o concebido (a representação do espaço), e o vivido (os espaços de representação), sendo imprescindível que os três sejam percebidos

³ Trata-se da distinção das três dimensões da mercadoria, pela qual Karl Marx (1990) explica não apenas a dinâmica da produção, distribuição, troca e consumo; mas também a dinâmica do sistema capitalista como uma totalidade. Essas três dimensões são: o valor de uso, o valor de troca e o valor.

em conjunto pelo sujeito ou determinado grupo social. Assim, ressalta a importância dos espaços públicos, aqueles sem o consumo organizado e direcionado, onde todos têm o direito de ir e vir, estar e permanecer, sem constrangimentos, onde esta triplicidade pode ser percebida sem interferências. Espaços onde a ordem próxima pode se organizar através de feiras e festas como assim faziam os camponeses na França (LEFEBVRE, 2014) quando traziam para os jardins sua produção e suas vivências, onde relações se formavam bem como se forjava um sentido de comunidade, de pertencimento do espaço.

A análise dos GPUs enquanto procedimento e projeto político a partir do referencial de Lefebvre nos permite compreender os primeiros como uma dimensão ativa na produção social do espaço, estreitamente vinculada à forma mercadoria, à sociabilidade da sociedade burguesa. O processo que analisaremos no tópico seguinte se insere nesta perspectiva, tanto pelo projeto em si, quanto pelos conflitos sociais que fazem parte de sua gênese e execução.

Cais Mauá de Todos?

O GPU Cais Mauá é um projeto que visa renovar uma parte desativada do porto de Porto Alegre. A ideia é transformar os 2,5km de extensão em um local voltado para comércio, serviços e turismo, que abrigará *shopping center* e torres de escritórios. A fração do porto em questão localiza-se no centro histórico da capital gaúcha, às margens do Rio Guaíba. O conjunto arquitetônico, construído no início do século XX, é composto por onze armazéns, sendo que “o pórtico central e os armazéns A e B foram declarados patrimônio histórico nacional em 1983, e o restante do conjunto foi protegido pelo município em 11 de outubro de 1996, sob o nº 46 do Livro Tombo” (CAIS..., 2015). Trata-se de um local que possibilita uma vista privilegiada ao pôr-do-sol no Rio Guaíba, conhecido cartão postal da cidade. Até recentemente, abrigava diversas atividades efêmeras de caráter público, como a Bienal do Mercosul, a Feira do Livro e a Feira Brasil Rural Contemporâneo, além de atividades permanentes como marina pública.

A associação deste GPU com a realização da Copa do Mundo 2014 foi exaltada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) como essencial. A revitalização do Cais Mauá, por exemplo, conforme notícia do Portal da PMPA, aparece como uma das prioridades para a Copa de 2014:

[...] o processo de revitalização do Cais Mauá está entre as principais preocupações para a preparação de Porto Alegre para a Copa do Mundo de 2014, especialmente por representar uma **profunda transformação na área central da cidade**. (REVITALIZAÇÃO..., 2008, grifos nossos).

Para a então Governadora do Estado Yeda Crusius “o projeto pode ser **considerado um dos maiores e mais revolucionários em revitalização urbana**, seja pelo tamanho da área ou pelo impacto econômico e social que vai gerar” (FOGAÇA..., 2009a, grifos nossos). Já José Fortunati, Prefeito da cidade, em outro momento, afirmou que a “**modernização sustentável** do cais irá recuperar a relação da sociedade com o rio, promovendo **intensa atividade cultural, econômica e turística** na nossa Capital [...] e que a iniciativa eleva para um novo patamar o processo de **revitalização** do Centro Histórico que a Prefeitura promove” (CONCESSIONÁRIA..., 2011, grifos nossos).

A revitalização do Cais Mauá é um projeto antigo que iniciou em 1991 e passou por muitas administrações do município e do estado. A cada nova administração, novos estudos eram feitos. Depois de passar por várias versões e realizações de concursos públicos de projeto arquitetônico, em 2007, ano de confirmação da Copa do Mundo 2014 no Brasil, o projeto ganhou novos contornos. Na ocasião, a iniciativa privada foi convocada para participar da elaboração do edital de *Revitalização do Cais Mauá*, a nova identidade do antigo projeto *Porto dos Casais*. A concorrência para a Solicitação de Manifestação de Interesse foi internacional. No ano seguinte, foi anunciado o consórcio vencedor, liderado pelo *M. Sortti Business Consulting Group*, do qual o arquiteto Jaime Lerner fez parte. O grupo apresentou um plano de negócios através de parceria público-privada (PPP) (CAIS..., 2013).

O passo seguinte foi alterar o plano diretor para viabilizar o GPU, com projeto de Lei encaminhado pelo Prefeito Fortunati, definindo, então, as regras de usos da área. A Lei instituiu usos com apelo turístico, tais como centro de convenções, centro de educação ambiental, museu de tecnologia, centro de referência de artesanato, espaço para incubadoras de empreendimento de base de tecnologia; e liberou a construção de edificações com altura de até 100m em determinada área. Uma vez legalizados os novos usos e concedidos índices construtivos atraentes para a construção civil, foi aberta a licitação para a empresa responsável pela construção do projeto. Segundo as regras estabelecidas, a empresa poderia, inclusive, alterar o programa de necessidades proposto pela licitação anterior. A empresa vencedora, o Consórcio Cais Mauá, formado por grupo um espanhol (responsável pelo *Port Vell*, em Barcelona) e integrado pelo arquiteto Jaime Lerner, terá o direito de exploração da área por 25 anos.

Ainda em 2010, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), órgão ligado ao Ministério dos Transportes e que regula os portos do país, entrou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contestando o edital do Cais, “alegando que a área é propriedade da União, e não do Estado” (CAIS..., 2013). Por fim, a Antaq realizou a

desafetação da área por meio de Decreto da Presidência da República sob a garantia de recebimento de R\$ 2,5 milhões anuais pagos pelo arrendamento da área (CAIS..., 2013).

O caso do GPU Cais Mauá é um exemplo das alianças formadas entre as diferentes esferas de governo para a viabilização do projeto. Neste caso, o articulador principal foi o governo estadual, e o papel da PMPA tem sido o de incluir o novo negócio no plano diretor da cidade, tornando-o atrativo do ponto de vista da exploração pelo setor privado. Uma vez legalizado o projeto, a PMPA ficou responsável pelas aprovações de licenciamentos necessários para o início das obras. A necessidade de agilidade e flexibilidade nas aprovações exigiu mudanças na estrutura organizacional da PMPA.

Em 2012, foi criado o Gabinete de Desenvolvimento e Assuntos Especiais (Gades), subordinado diretamente ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de ampliar a capacidade de investimentos no Município por meio de parcerias público-privadas, viabilizando a execução de projetos especiais. O Gades se tornou o setor responsável pelos projetos de Revitalização do Cais Mauá e da Orla do Guaíba⁴. Nesse cenário, os técnicos da Secretaria de Planejamento Municipal (SPM) são colocados à parte do processo.

Na coalisão para a implantação de GPUs sob a ótica do empreendedorismo urbano, o Grupo RBS⁵ atuou com força. Em reportagem especial (ver Figura 1) sobre o lançamento do projeto, afirma que o Cais Mauá “(...) será palco hoje de uma espécie de **renascimento da metrópole**” (MELO, 2011, grifos nossos), acrescentando: “ao meio-dia, o Governador Tarso Genro **transfere a posse** dos mais de 180 mil metros quadrados do Cais Mauá **à iniciativa privada, o sonho de que aquele se torne um lugar realmente público começa a virar realidade**” (MELO, 2011, grifos nossos). Observa-se uma inversão de termos e uma retórica mistificadora. O local, que até então abrigava diversas atividades de caráter aberto e público, iria, segundo a matéria, se tornar “um lugar verdadeiramente público” ao ser entregue para o setor privado, quando o que de fato ocorre é a privatização deste espaço.

Após a assinatura do termo algumas medidas por parte do consórcio Cais Mauá foram tomadas, como a retirada do tradicional barco de passeio no Rio Guaíba, o Cisne Branco, da Marina Pública e da realização de eventos como a tradicional Feira do Livro e a Bienal do Mercosul. Diante deste cenário e de outras transformações em andamento por ocasião da realização da Copa do Mundo de 2014, o Movimento em Defesa Pública da

⁴ O projeto de revitalização da orla do Guaíba abrange a área com extensão de quase seis quilômetros nas margens do Guaíba. O projeto foi elaborado pelo escritório do arquiteto Jaime Lerner, contratado pela Prefeitura sem licitação ou concurso público, o que tem sido alvo de críticas por vários segmentos da sociedade.

⁵ O Grupo Rede Brasil Sul (RBS) é um dos maiores conglomerados de empresas do ramo de comunicação do País.

Alegria⁶ realizou uma série de ações na área do Cais Mauá e arredores no Centro Histórico. Através da promoção de shows e apresentações artísticas o grupo denunciou a privatização de espaços públicos como o Cais Mauá e o Largo Glênio Peres. Este último recebeu investimentos para reforma do Grupo Vonpar, representante da Coca-Cola no Estado, e desde então passou a ser um local onde manifestações artísticas e/ou políticas estavam proibidas. Aos finais de semana, o local, tradicional ponto de circulação de pedestres no coração do centro da cidade, dá lugar a um estacionamento. Devido às recorrentes manifestações contra a presença da marca Coca-Cola no Largo, e aos atrasos das obras do Cais Mauá, o Grupo Vonpar se retirou como investidor do GPU⁷.

Passada a Copa do Mundo de 2014, passou também o sentimento de bem estar associado aos jogos (MAENNIG, 2009). Seguindo a linha dos movimentos *Ocuppy*, as ações do Movimento em Defesa Pública da Alegria deram origem a outro movimento, o Ocupa Cais Mauá⁸, que promove eventos envolvendo manifestações artísticas e culturais além de festas⁹.

O Ocupa Cais Mauá, liderado por Kátia Suman e Rafael Ferreti, ambos personalidades na cena cultural/noturna porto alegreense, passaram a ter apoio e conexão com o Movimento Ocupa Estelita, através de uma das líderes do movimento, a advogada e professora universitária Liane Cirne Lins. Liane passou, então, a participar dos eventos realizados e também assessorar o grupo, a partir da experiência de oposição ao GPU Cais José Estelita, em Recife.

Em carta aberta, o Ocupa Cais Mauá expõe seu posicionamento frente ao GPU, repudiando:

a falta de diálogo e de transparência, o desprezo pelo interesse público, o descaso com a memória e com o patrimônio histórico da cidade, o desrespeito com o meio ambiente, entre outras violações que não condizem com uma sociedade democrática. Nós, enquanto movimentos organizados da sociedade civil, nos opomos frontalmente a esse modelo autoritário de revitalização urbana, com a mesma veemência que combatemos qualquer forma de abandono ou subutilização do nosso Cais Mauá. Acreditamos que este processo deve considerar as vozes que vêm de diferentes regiões da cidade e deve ser construído sobre princípios como diversidade, inclusão,

⁶ A Defesa Pública da Alegria “busca a defesa das manifestações públicas, sociais e artística; repúdio às políticas de remoção das famílias e comunidades atingidas pela Copa do Mundo FIFA e a especulação imobiliária, às privatização do espaço público e ao aumento das passagens de ônibus” (O QUE..., 2012).

⁷ Um dos projetos da Vonpar construir uma minifábrica da Coca-Cola dentro de um dos pavilhões do Cais.

⁸ Para mais informações ver: <https://www.facebook.com/ocupacaismaua?fref=ts>.

⁹ Dentre estes, se destaca a Serenata Iluminada, em que a população é chamada a trazer seus instrumentos, velas, lanternas, comidas e bebidas para “fazer um encontro que mistura alegria, expressão e reflexão sobre o uso dos espaços públicos da nossa cidade” (SERENATA..., 2014).

bem como valorização e respeito ao patrimônio histórico, cultural, social e ambiental. Entendemos que a cidade não pode ser tratada como mercadoria, e sim como espaço compartilhado de interação, apoio mútuo e fortalecimento dos que nela habitam (CARTA..., 2014).

Observa-se que embora o movimento se coloque contra a cidade mercadoria e aos usos que estão sendo destinados à área, acreditam que outro projeto com a participação e discussão com a sociedade civil e com a participação do setor privado seria uma alternativa favorável.

Entretanto entre o final de 2014 e o início de 2015, o processo de implementação do GPU e o movimento Ocupa Cais Mauá ganharam novos contornos. O grupo espanhol saiu do Consórcio Cais Mauá e Jaime Lerner passou a ser o arquiteto responsável. Um novo consórcio foi criado, o Consórcio Viva Cais Mauá. O projeto arquitetônico recebeu liberação da PMPA para a sua execução. Recentemente, em julho de 2015, foi apresentado pelo empreendedor o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA - RIMA), necessário para os tramites de aprovação por parte da PMPA. No estudo, o projeto é dividido em três setores. No setor Usina do Gasômetro, haverá um shopping com 35.000 m² de lojas e 60.000 m² voltados para 2.160 vagas de automóveis. O setor Armazéns será composto por uma área de 24.000 m² de lojas, restaurantes e um museu sobre a história de Porto Alegre. Por fim, no setor Docas haverá uma praça, três torres comerciais de aproximadamente 60.000 m² e 39.000 m² de estacionamento para 1.500 vagas.

Até o momento em que este artigo foi concluído, o consórcio enfrenta diversas dificuldades, seja em termos financeiros, porque não possui capital suficiente para iniciar as obras; seja em termos legais, porque justamente em função da falta de liquidez exigida no contrato, a legitimidade do processo tem sido questionada pelo Tribunal de Contas do Estado. Segundo reportagem especial veiculada no Jornal Ambiental, para se ter uma ideia, já são sete os registros de dívidas do consórcio para com seus prestadores de serviço (segurança privada, confecção de material promocional etc.), em valores que somam mais de meio milhão de reais (HOFFMEISTER, 2016).

O novo consórcio, frente às ações realizadas pelo Ocupa Cais Mauá, fecha os portões do Cais para o acesso público, impedindo novos eventos. Como estratégia, o movimento preferiu não realizar invasões ou promover embates com os seguranças do Consórcio. Uma vez não podendo mais ocupar a área, o movimento deu origem a um novo,

composto pelos mesmos atores e incorporando novas personalidades e instituições. Foi criado, então, o Cais Mauá de Todos¹⁰.

Seguindo a mesma estratégia de ocupação dos espaços através da realização encontros artísticos com um caráter festivo, nesta nova fase do movimento e contestação, os shows deixaram de ser colaborativos e passaram a contar com bandas e músicos de destaque na cena cultural da cidade. Os eventos foram concentrados em dois lugares considerados estratégicos pelo movimento, um deles é em frente ao pátio central do Cais Mauá, e outro é a Praça Brigadeiro Sampaio, localizada em uma das extremidades do empreendimento. A praça de uso intenso por parte dos moradores do centro histórico sofrerá forte impacto, pelo corte de árvores e acessos ao empreendimento previstos através da praça.

O Cais Mauá de Todos conta com o apoio de vários movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades classistas, sindicatos etc. Dentre eles, estão: Minha Porto Alegre, Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS), Sindicato dos Engenheiros (SENGE/RS), Defesa Civil do Patrimônio Histórico (Defender), Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Poa em Movimento, Núcleo de Ecojornalistas do Rio Grande do Sul (NEJ/RS), Defesa Pública da Alegria, Ocupa Cais Mauá, Porto Alegre Ativa, Associação Comunitária do Centro Histórico de Porto Alegre, Amigos da Rua Gonçalo de Carvalho, Associação pela Mobilidade Urbana em Bicicleta (Mobicidade), Laboratório de Políticas Públicas e Sociais (Lappus), Chega de Demolir Porto Alegre e Fast Food Cultural (DEFENSORES..., 2015).

Nos eventos, alternam-se shows com falas de pessoas conhecidas, como Liane Cirne Lins do Ocupa Estelita.. Uma das falas tem sido a da arquiteta Maria Helena Cavaleiro, que concebeu um projeto alternativo ao Viva Cais Mauá. O projeto, desenvolvido em 2008 como trabalho final de graduação na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem sido colocado com uma entre várias outras possibilidades de se pensar outro espaço na área do Cais¹¹. Além disso, o movimento trabalha a possibilidade de montar a Fundação Cais Mauá para se fortalecer, conta com o SENGE/RS para realizar um estudo de viabilidade econômica do projeto alternativo (GRUPO..., 2015). A ideia é ter um contraponto à especulação imobiliária por conta dos altíssimos investimentos que são ditos como essências para a revitalização da área.

O Cais Mauá de Todos, inspirado no Ocupa Estelita, tem também uma abordagem legalista, já que tem como estratégia a possibilidade de derrubar a lei que aprovou os novos parâmetros urbanísticos para a área, uma vez que uma das cláusulas foi descumprida pelo

¹⁰ Mais informações em <https://www.facebook.com/caismauadetodos>.

¹¹ Mais informações em <https://drive.google.com/file/d/0B1dQaqdWsen3cUVDWWg5MmFYjg/view>.

Consórcio. Existe também a possibilidade de criar a chancela e o tombamento da paisagem, impossibilitando que o *shopping center* e as torres sejam construídas na área.

Percebe-se uma mudança de discurso em relação ao grupo Ocupa Cais Mauá.

Obviamente que nós não queremos que aquela área continue abandonada e degradada. Nós queremos sim progresso e desenvolvimento, geração de empregos, tudo isso. Mas não aceitamos shopping e torres naquela área da cidade. E queremos envolver a população nessa discussão. (CAIS MAUÁ DE TODOS, 2015, p. 1)

O discurso é menos combativo e mais colaborativo. Não se trata de uma oposição ao sistema que propicia a criação do GPU, e sim do GPU em si, desconsiderando-se suas conexões com uma totalidade social. Em nossa análise, entendemos que o movimento Cais Mauá de Todos reivindica a participação da sociedade na construção de um projeto. Articula suas ações em reuniões fechadas com atores selecionados. A participação de caráter aberto e público acontece apenas nos atos promovidos pelo movimento. Existe a preocupação de não serem tachados como “vândalos e baderneiros”, “os contra tudo”, ou “os contra o progresso”, rótulos utilizados pelas autoridades locais e a mídia nos últimos tempos. Deixam claro não ser contra o projeto, querem é participar. Embora se intitulem contra a cidade mercadoria, não deixam claro se são contra o uso elitista ao qual o projeto é destinado.

A partir da tipologia de planejamento urbano proposta por Souza (2002), podemos compreender a prática política dos movimentos que contestam a revitalização do Cais Mauá em duas direções. A primeira delas é a do planejamento comunicativo/colaborativo, influenciada pelo filósofo Jürgen Habermas. Aqui ênfase é na colaboração e na comunicação entre os atores, uma vez que seria possível “dentro do contexto do agir comunicativo chegar-se a acordos voluntários em nome da cooperação”. Ou seja, não há uma ruptura, um conflito, mas a vontade de comunicação e colaboração com os planejadores. “O compromisso com a ética do discurso que evite ao máximo o recurso à violência física é algo crucial de um ponto de vista que recuse estratégias autoritárias [...]” (SOUZA, 2002, p. 150). Essa abordagem explica a intenção pacifista, não conflituosa e colaboracionista do movimento, quando por exemplo opta por não ocupar o espaço. Essa abordagem, no entanto, é subsidiária na nossa análise, visto que há uma segunda perspectiva que nos parece mais adequada para explicar o movimento em sua totalidade, desde sua gênese, passando por seus vários atores, atitudes e atos.

Ou seja, ao considerar o rechaço social ao projeto, mais amplo do que o grupo Cais Mauá de Todos, entendemos a prática como o que Souza (2002) classifica como um

planejamento e gestão urbanos críticos. Esta abordagem parte de uma perspectiva autonomista, desenvolvida pelo próprio autor, a partir do conceito de autonomia do filósofo Cornelius Castoriadis.

Assim como certos agentes modeladores do espaço correspondentes a frações de classe e a grupos dominantes, como o grande capital industrial e imobiliário, elaboram suas geoestratégias de forma clara e, não raro, sofisticada, também a parcela majoritária da sociedade civil, que não pertence a nenhum grupo dirigente, precisa sob um ângulo autonomista, qualificar-se e organizar-se para elaborar suas propostas e estratégias e lutar para pô-las em prática. Essa luta deverá combinar tanto pressões sobre o Estado quanto ações diretas (SOUZA, 2002, p. 178).

Esta abordagem questiona o planejamento que ignora os saberes locais e os mundos da vida, “como se as aspirações dos homens e mulheres concretos devessem ser definidas por outros que não eles mesmos”. Entende que “o significado da participação dos indivíduos no processo de planejamento não é o de uma participação destes em processos decisórios comandados e coordenados pelo Estado como instância de poder separada” (SOUZA, 2002, p. 180). O rechaço do Estado como uma instância separada é parte de um processo de desalienação (LEFEBVRE, 2014), no qual a produção do espaço deixa de ser resultado da vontade de um grupo que se sobrepõe a outras, e passa a ser o processo mesmo de produção social, com seus conflitos e contradições visíveis, atuantes. Nesses processos, são os próprios conflitos que produzem o espaço, e não o projeto.

As mobilizações mais recentes canalizaram o protesto feito nas ruas para a proposição de instrumentos legais de pressão. Está em curso uma ação civil pública pedindo a rescisão do contrato e lançada uma Frente Parlamentar para exigir na Assembléia dos Deputados, da mesma forma, a revogação do contrato. Além disso, foi organizado no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul um Comitê que lançou um manifesto apoiado por mais de cem professores e pesquisadores daquela Universidade que afirma: “Não encontrando explicação tecnopolítica, entendemos que tal empreendimento retrógrado só pode ser explicado pelos interesses escusos de mercantilização de um espaço público de alto valor imobiliário” (MANIFESTO, 2016, p. 1)

Considerações Finais

Verifica-se, portanto, uma disputa clara pelo espaço urbano, precisamente por um espaço público, um lugar simbólico, de conexão com a natureza e com a história. De um

lado, a ordem distante, representada aqui não apenas pelo Estado, mas por empresas internacionais, elites e mídia local; de outro, a ordem próxima, a comunidade e a vizinhança. O movimento Cais Mauá de Todos, através de atividades que promovam a cultura, o lúdico, a festa, o encontro e a troca, promove o crescimento desse sentimento de comunidade, ou seja, o fortalecimento da ordem próxima. Essas ações não poderiam acontecer se não no espaço público, onde a compreensão da tríade do espaço vivido-concebido-percebido pode ser realizada na sua plenitude.

Contraditoriamente, ao promover o lúdico, a festa e o encontro, promovem também o conflito. Não no sentido de criação de conflitos inexistentes, mas no sentido de seu desvelamento. O conflito deixa de ser latente (LUKES, 1993) e passa a ser perceptível, sai à superfície, mas em um formato lúdico. Cumpre assim dupla função, a desalienação e reapropriação do espaço por aqueles que nele vivem.

O GPU Cais Mauá, articulado pela ordem distante, aparece, nesse sentido, causando a ruptura no entendimento da tríade proposta por Lefebvre. Através do saber técnico e político, retificando o espaço público, privatizando-o, construindo-o através de símbolos e signos de distinção social, torna o espaço abstrato. Essa abstração através de perspectivas em três dimensões, de imagens de publicidade e propaganda que seduzem com um futuro de como será o empreendimento, busca criar consenso entorno do projeto. Traz consigo também uma falsa-consciência.

O GPU não pode ser visto como apenas uma ferramenta de planejamento urbano. O GPU é, antes de tudo, uma possibilidade, um arranjo de intervir no espaço urbano de maneira orientada para o mercado. Apresenta soluções e perspectivas algumas vezes falsas, sem o conhecimento da sociedade de como realmente será o projeto, o GPU se transforma num empecilho à compreensão de que cidade está sendo projetada, um empecilho ao espaço urbano de todos.

Referências

CAIS MAUÁ DE TODOS. Fan page Facebook. Disponível em <https://www.facebook.com/caismauadetodos>. Acesso em 31 ago. 2015.

CAIS MAUÁ. Portal da PMPA, Porto Alegre, 2015. Disponível em: (http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/vivaocentro/default.php?p_secao=114), acesso em 28 ago 2015.

Carta aberta à população de Porto Alegre: como queremos nosso Cais Mauá? (pelo Movimento Ocupa Cais Mauá), Sul 21, Porto Alegre, 27 nov. 2014. Disponível em: (<http://www.sul21.com.br/jornal/carta-aberta-a-populacao-de-porto-alegre-como-queremos-nosso-cais-maua-pelo-movimento-ocupa-cais-maua/>), acesso em 31 ago 2015.

DEFENSORES DE ALTERNATIVA... **Jornal Já**, Porto Alegre, 22 maio 2015. Disponível em: <http://jornalja.com.br/defensores-de-alternativa-para-cais-maua-convocam-novo-ato-festivo/>, acesso em 31 ago 2015.

GRUPO ESTUDA... **Jornal Já**, Porto Alegre, 20 abril 2015. Disponível em: (<http://jornalja.com.br/grupo-estuda-viabilidade-economica-de-alternativa-para-cais-maua/>), acesso em 31 ago 2015.

HARVEY, D. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

HOFFMEISTER, Naira. Dossiê Cais Mauá. **Jornal Já**, Porto Alegre, 14 de março de 2016. Disponível em <http://www.jornalja.com.br/cais/>. Acesso em 18 jul. 2016.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

_____. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. **Critique of Everyday Life**. London: Verso, 2014.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008b.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LOGAN, J. R; MOLOTCH, H. L. **The City as a Growth Machine**. In: FAINSTEIN, S. S; CAMPBELL, S. **Readings in Urban Theory**. Oxford: Blackwells, 1993.

LUKES, Stephen. **Power: a radical view**. New York. MacMillan, 1993.

MAENNIG, W. World Cup 2010: South African economic perspectives and policy challenges informed by the experience of Germany 2006. Hamburg: Universität Hamburg, 2009.

MANIFESTO DE PROFESSORES DA UFRGS EM DEFESA DO CAIS MAUÁ. Disponível em <http://www.jornalja.com.br/professores-da-ufrgs-criam-comite-para-dissecar-projeto-do-cais-maua/>. Acesso em 18 jul. 2016.

MARX, Karl. **Capital**. London: Penguin classics, 1990. v. 1.

MELO, I. Pontapé inicial: Novo cais até a Copa. Zero Hora, Porto Alegre, 23 nov. 2011, p. 4-5.

O QUE É A DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA? Catarse, coletivo de comunicação, Porto Alegre, 2012. Disponível em: (<http://coletivocatarse.com.br/home/o-que-e-a-defesa-publica-da-alegria/>), acesso em 21 ago 2015.

OLIVEIRA, S. Retrospectiva dos protestos em Porto Alegre: 2013, o ano que não terminou. Sul 21, Porto Alegre, 25 dez. 2013. Disponível em:

(<http://www.sul21.com.br/jornal/retrospectiva-2013-o-ano-que-nao-terminou/>), acesso em 23 ago. 2015.

SERENATA ILUMINADA CAIS MAUÁ. Evento Facebook, Porto Alegre, 2014. Disponível em: (<https://www.facebook.com/events/787293858026240/>), acesso em 31 ago 2015.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.